

V - ANÁLISE DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

1 - SIGNIFICÂNCIA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

As Unidades de Conservação no território nacional foram estabelecidas visando a proteção e conservação desses espaços territoriais e seus recursos ambientais que tenham características naturais relevantes. A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (Lei do SNUC), consolidou essas prerrogativas, estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

No caso dos Parques Estaduais, seus objetivos principais são a conservação e pesquisa dos elementos naturais (flora, fauna, etc) aliados às atividades de recreação e educação ambiental, geralmente tendo como elemento central áreas de significativa beleza cênica. No Estado do Paraná, os Parques fazem parte do cotidiano da população há diversas décadas, como bem atestam as áreas delimitadas para conservação, por abrigarem monumentos naturais que sempre atraíram o turismo para o Estado, a exemplo do Parque Estadual de Vila Velha e Parque Nacional do Iguaçu, dentre outros.

Embora seja um dos parques mais antigos existentes no Paraná, a significância do Parque Estadual do Monge, do ponto de vista histórico-cultural e religioso e mais recentemente sob a ótica ambiental, extrapola sua importância enquanto Unidade de Conservação. Nas proximidades da atual “Gruta do Monge” e da região da Serra do Monge descansavam os tropeiros oriundos do rio Negro, permanecendo o tempo necessário no “pouso” do Capão Alto (atual Lapa). Em suas proximidades travaram-se igualmente embates entre maragatos e as forças republicanas durante o período da Revolução Federalista, até que finalmente, com forte apelo religioso pela passagem dos “monges” pela região, a “Gruta do Monge” ficaria definitivamente inserida no cotidiano da população Lapeana.

1.1 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DO MONGE

O principal agente de degradação atual do Parque Estadual do Monge é, sem dúvida nenhuma, a visitação desordenada. O impacto maior ocorre na área da escarpa arenítica, onde encontram-se as trilhas abertas para visitação e a Gruta do Monge, principal atração turística do Parque. Devido à inexistência de uma infra-estrutura de apoio, como monitores, por exemplo, para acompanhar os visitantes, alertando-os sobre a fragilidade do arenito e a necessidade de conservação dessas feições geomorfológicas, grande parte das feições ruiformes presentes na formação arenítica encontram-se erodidas, pelo constante pisoteio e/ou mesmo pela predação dos visitantes ao longo dos anos.

Além da erosão provocada pela intensa visitação, o lixo deixado pelos visitantes, não só nas trilhas, como no restante do Parque (visto que não há restrição de visitação) acarreta grande impacto negativo na paisagem, além de riscos que podem provocar à fauna local, pela possibilidade de ingestão de restos de embalagens, e conseqüente morte desses animais. Restos de velas e outros materiais deixados na rocha arenítica, em função do turismo religioso, também provocam impacto negativo no local, devendo haver um maior controle na

visitação e conseqüente ordenação do turismo religioso. Nesse ínterim, o ordenamento da visitação deverá perpassar também na questão da infra-estrutura para receber a grande quantidade de turistas, pois, na situação de visitação atual, existem apenas dois banheiros para servir o grande fluxo de turistas que visitam o Parque. O resultado, é que obviamente, a quantidade de banheiros, não sendo suficiente, acarreta em fossas entupidas e, em épocas de chuvas, ocorre o extravasamento das fossas, sendo os dejetos levados diretamente aos cursos d'água locais, prejudicando a qualidade da água ainda nas nascentes.

É imprescindível portanto, a tomada de medidas imediatas para a adequação da infra-estrutura de apoio ao visitante, caso opte-se pela manutenção da visitação ao Parque.

É importante salientar também que, independente da abertura ou não da visitação, é necessário um monitoramento constante das trilhas de visitação, visto que o paredão arenítico é extremamente frágil, podendo ocorrer solapamento de parte desse arenito, principalmente após a ocorrência de chuvas intensas e/ou tempestades.

1.2 - LOCAIS RELEVANTES PARA CONSERVAÇÃO

1.2.1 - AMBIENTES RELEVANTES PARA A PRESERVAÇÃO DA FLORA LOCAL

O Parque Estadual do Monge possui um valor muito grande em diversos aspectos naturais e culturais para a região e, por conseguinte, para todo o Estado do Paraná. O Parque também apresenta uma considerável diversidade de ambientes e tipos vegetacionais, dada a variabilidade topográfica e pedológica que a área apresenta, sendo merecedor de estratégias de preservação que permitam proteger esse patrimônio. Apesar do local já ter sido alvo de perturbações antrópicas severas no passado, ainda existem ali remanescentes de vegetação nativa que merecem especial atenção no sentido de preservação.

Áreas que merecem atenção especial em termos de preservação da flora local são as seguintes:

- Área Florestal situada no fundo do vale que ocorre no Parque, onde se vislumbra um remanescente muito bem conservado da Floresta Ombrófila Mista, onde ocorrem espécies ameaçadas de extinção;
- Área considerada como Floresta Ombrófila Mista Altomontana, a qual possivelmente seja um dos últimos remanescentes dessa unidade vegetacional no Estado do Paraná, sendo merecedora de especial atenção e medidas conservacionistas específicas;
- Algumas áreas de campo em meio a locais antropizados, onde surgem elementos vegetacionais considerados por STRUMINSKI (não publicado) como endêmicos (refúgios vegetacionais altomontanos herbáceos - vegetação rupestre). É preciso delimitar com precisão esses locais, no sentido de isolar essas áreas que possivelmente possuam um rico valor ecológico e que está sob ameaça.

1.3 - FATORES DE RISCO

1.3.1 - FLORA

Certamente os fatores de maior risco à flora do Parque Estadual do Monge são de procedência antropogênica. Um dos maiores problemas é a invasão de espécies exóticas e sua proliferação por todo o interior do Parque, devido à existência dos povamentos de *Pinus* ali implantados. Sementes trazidas de áreas de reflorestamento próximas também causam risco.

O fogo é outro fator de ameaça, pois ainda ocorrem queimadas no entorno do Parque. O caráter xeromórfico de algumas formações existentes no interior da Unidade de Conservação, conforme relata STRUMINSKI (não publicado), lhe confere considerável nível de risco em termos de fogos silvestres.

Outro fator de risco é o ingresso eventual de animais domésticos no interior do Parque, advindos de áreas vizinhas. O controle absoluto sobre esse vetor de ameaça não é muito difícil, sendo necessárias algumas medidas visando proteger a flora nativa do Parque dos danos causados por esse problema. O uso de cercas que previnam problemas dessa natureza constitui em uma solução rápida e fácil.

Não há dúvidas que a visitação tradicional, e até mesmo o ingresso eventual de pessoas estranhas ao Parque, seja o maior fator de risco à flora local. A presença humana tem deixado marcas negativas em todos os cantos da Unidade de Conservação. Especialmente no tocante à flora, os danos são maiores em alguns locais, como nos campos, onde os visitantes permanecem durante sua estada, assim como nas áreas de afloramento rochoso e em algumas áreas florestais adjacentes. Lixo jogado em vários pontos do Parque e o acúmulo de artigos religiosos também impactam a flora local e o Parque como um todo, provocando uma aparência muito negativa e de agressão à natureza.

Como em várias outras Unidades de Conservação, o Parque Estadual do Monge está inserido em um entorno bastante antropizado. Por conseguinte, riscos e ameaças são constantes. Medidas minimizadoras de ameaças e riscos à flora devem ser adotadas para garantir a sua preservação. Um exemplo é a adoção de áreas tampão ou de amortecimento, que possam amenizar eventuais problemas à vegetação do Parque. O contato direto do Parque com áreas particulares em seu entorno vem sendo um relevante vetor de ameaças.

Em resumo, o Parque Estadual do Monge, apesar de ser uma área protegida por lei, ainda corre muitos riscos e ameaças no que diz respeito à sua vegetação. Monitorar essas ameaças e desenvolver estratégias para minimizá-las é imprescindível para uma melhor proteção da Unidade de Conservação.

1.3.2 - FAUNA

Em especial nas últimas duas décadas, pesquisadores de todo o mundo vêm alertando que várias espécies animais têm desaparecido mesmo dentro de áreas protegidas como parques e reservas. Em decorrência deste fato, iniciaram-se pesquisas para identificar quais

seriam os possíveis fatores que estariam contribuindo para o desaparecimento de tais espécies, com especial referência aos mamíferos de grande porte, aves em geral e anfíbios. Dentre esses fatores, certamente a maior ameaça é a destruição de habitats, seguido de poluição, mudança climática, radiação ultravioleta, doenças, atropelamentos e introdução de espécies exóticas. A perda de habitat ocorre principalmente em decorrência das atividades agrícolas e pastoris, drenagem de banhados, obras de engenharia como a construção de estradas e o represamento de rios que inundam grandes áreas, todas atividades que restringem e fragmentam os ecossistemas naturais e conseqüentemente a distribuição das espécies.

Na área do Parque Estadual do Monge, os seguintes fatores podem ser considerados como os mais críticos a afetarem a fauna local:

- PERDA E FRAGMENTAÇÃO DE HABITATS

A perda e fragmentação de habitats interfere diretamente na manutenção da diversidade biológica. Na área do Parque, esta perda é grande, e é devida à presença de plantios de *Pinus* e *Eucalyptus* no interior do Parque e atividades agropastoris no entorno da unidade, com conseqüente isolamento das populações animais e comprometimento da permuta gênica.

- CONTAMINAÇÃO DOS CURSOS D'ÁGUA

A contaminação dos cursos d'água do Parque deve-se tanto pela ocupação humana desordenada da entrada do Parque quanto de seu entorno. Este fator compromete tanto os animais que se valem desses cursos como área de dessedentação quanto e principalmente aqueles que desenvolvem parte ou a totalidade de seu ciclo vital em seu interior, tais como anfíbios, peixes, quelônios e diversos invertebrados.

- RISCOS DE INCÊNDIOS

Os riscos de incêndios na área do Parque são grandes, devido à realização de queimadas no entorno da Unidade e do trânsito desordenado de fumantes em seu interior, em especial nas proximidades de áreas de plantios de *Pinus* (com camada espessa de serapilheira, altamente combustível). Este risco aumenta em períodos de inverno, quando a vegetação está mais seca e grande parte das espécies (em especial de insetos e outros invertebrados, répteis, anfíbios e pequenos mamíferos em geral) encontra-se em período de menor atividade, portanto com menor capacidade de deslocamento.

- PRESENÇA DE ESPÉCIES ANIMAIS EXÓTICAS E DOMÉSTICAS

Foi constatada no entorno do Parque a presença de um ranário, onde é criada *Rana catesbeiana*, rã-touro, espécie exótica invasora. Apesar de não ter sido constatada a ocorrência de populações estabelecidas fora do ranário, este representa uma ameaça, uma vez que são conhecidas populações livres em outros locais do estado, oriundas de ranários. Nenhum estudo indica o real efeito da introdução desta espécie em ambientes naturais brasileiros, contudo vários efeitos sobre a fauna nativa quando da introdução desta espécie em ambientes naturais de outras localidades são apresentados por BURY & WHELAN (1985).

Além dessa espécie, são presentes na área do Parque diversos animais domésticos, com especial referência a cães, gatos, gado e galinhas. Todos esses animais prejudicam a fauna nativa pela predação, competição por recursos e transmissão de zoonoses. Apesar de não ter sido constatado em campo, certamente devem se fazer presentes também os roedores domésticos dos gêneros *Mus* e *Rattus*, principalmente em função da presença local de lanchonetes e banheiros públicos.

- CAÇA E CAPTURA DE ANIMAIS SILVESTRES

Embora não haja registros recentes dessa atividade na área do Parque, a mesma é desenvolvida em seu entorno, provocando redução no número de indivíduos das populações animais e conseqüente redução da diversidade gênica das mesmas. As espécies mais caçadas na região, para fins de seu uso como alimento, compreendem os veados, pacas, tatus, aves como o macuco, os inambus e o jacu e o lagarto teiú. Outros animais são perseguidos por serem considerados como nocivos às criações ou ao homem, com especial destaque aos mamíferos carnívoros, gambás, aves de rapina, o lagarto e serpentes em geral. Por fim, aves canoras são perseguidas para seu uso como “animais de estimação”.

1.4 - POTENCIAL PARA VISITAÇÃO

O Parque Estadual do Monge apresenta uma característica muito peculiar, ao agregar em um único espaço diversos ambientes (florestas com diferentes níveis de alteração, afloramentos rochosos, reflorestamentos), interesses (religioso, ambiental e sócio-cultural) e usuários (romeiros, apreciadores da natureza, esportistas).

A existência de formações areníticas é sem dúvida um grande atrativo do parque, porém o turismo religioso também colabora no incremento do fluxo de visitantes. Ao mesmo tempo, a existência de áreas muito alteradas no interior do Parque, com reflorestamentos de espécies exóticas e pedreiras abandonadas, dificulta a abertura de novos atrativos à visitação, e deve ser solucionada em curto prazo, o que diminuiria a pressão sobre os pontos de atração já existentes e visitados pela maioria das pessoas que vão ao Parque.

Diferentemente de alguns parques que iniciam o processo de monitoramento do uso público com um número de visitantes muito baixo e, conseqüentemente sem grandes impactos negativos sobre os recursos, o Parque pode ser um grande desafio no sentido de atualmente contar com inúmeros impactos e poder servir de estudo de caso, e futuro modelo para outras áreas na readequação de uso e minimização de impactos.

As trilhas implementadas de forma planejada, outra característica não muito comum na maioria das áreas naturais, devem garantir a integridade da escarpa e dos outros atrativos, e o monitoramento irá definir quais ações de manejo serão necessárias para garantir esta situação desejada.

A seleção das atividades para o Parque Estadual do Monge foi baseada na proposta de atividades permitidas pelo Programa de Áreas Protegidas do MMA, para a categoria de

manejo parque, no zoneamento desta unidade e também nas características definidas para cada área nos estudos que embasaram o presente plano de manejo.

As atividades recreativas sugeridas, neste primeiro levantamento do potencial recreativo do parque são listadas abaixo:

;	Caminhadas
2	Observação de fenômenos geológicos
δ	Banho em piscina natural
	Observação de fauna
≡	Observação da flora
ζ	Salto de parapente
	Ciclismo
T	Visita a Gruta do Monge
φ	Filmagem, fotografia e pintura

; CAMINHADAS DE UM DIA

São caminhadas curtas, realizadas sem o transporte de muito peso, com retorno ao ponto de partida antes do anoitecer. Mesmo sendo de curta duração, podem apresentar variados graus de dificuldade, conforme a distância e a topografia do percurso.

Os níveis de dificuldade de caminhadas podem ser divididos, utilizando como base a publicação *Walking Track Management Strategy dos Parques da Tasmânia, Austrália (1998)*, nos seguintes tipos:

- Caminhada leve: relativamente curta e bem definida. A caminhada requer pouca habilidade e experiência. Trilhas construídas para suportar o pisoteio e atender todas as idades e níveis de aptidão física, em qualquer condição de tempo.
- Caminhada moderada: A caminhada requer alguma habilidade e experiência. Construída em padrão mais rústico, o usuário pode enfrentar na trilha situações de pequenos trechos com declividade superior ao desejado (5 a 12%) e piso escorregadio ou encharcado.
- Caminhada pesada: Requer um alto grau de habilidade e experiência. As únicas construções existentes são para proteção do recurso. Dependente das condições climáticas para sua utilização.

Para o Parque praticamente só são verificados os dois primeiros tipos, pois tanto a Trilha da Gruta do Monge como a da Pedra Partida não oferecem muita dificuldade para seus usuários.

2 OBSERVAÇÃO DE FENÔMENOS GEOLÓGICOS

Baseia-se na observação e entendimento dos processos geológicos que originaram a Escarpa Devoniana, e que tem no Parque um de seus pontos mais atrativos. Para a prática desta atividade faz-se necessário o acompanhamento de um guia/condutor especializado no assunto.

∂ BANHO EM PISCINA NATURAL

Através da reativação da Piscina de Pedra será possível oferecer esta modalidade de recreação, que consiste em banhos na área represada por um muro de pedras e que forma uma piscina natural.

🦋 OBSERVAÇÃO DA FAUNA

Observação de espécies da fauna, também conhecida como “safári fotográfico”. Uma modalidade potencial para o Parque e muito comum é a observação de aves.

≡ OBSERVAÇÃO DA FLORA

Observação de espécies da flora. Atividade que pode ser desenvolvida em pequenos grupos com a orientação de um guia/condutor especializado.

ζ SALTO DE PARAPENTE

Atividade de sobrevôo da região utilizando parapente. Devido ao seu caráter de integração com a natureza e por não causar poluição sonora, como é o caso de sobrevôos de helicóptero, constitui-se em uma atividade compatível com a proteção dos recursos do Parque.

🚲 CICLISMO

Percorrer trilhas em bicicletas especiais. Atividade em franca expansão foi responsável por uma retomada de crescimento da indústria do ciclismo.

T VISITA A GRUTA DO MONGE

A atividade consiste em visita à Gruta com motivação religiosa, para agradecer pedidos alcançados e atribuídos ao Monge, ou solicitar novas graças. A deposição de oferendas neste local (velas e flores principalmente) é prática comum atualmente realizada pelos romeiros.

Apesar de pouco compatível, da maneira que vem sendo desenvolvida, esta atividade pode oferecer mudanças positivas e significativas se a construção de uma capela for efetivada em área próxima ao centro de visitantes, e se for realizado um ordenamento de uso da área onde se localizam a Cruz e a Gruta propriamente dita.

Φ FILMAGEM, FOTOGRAFIA E PINTURA

O contato com a natureza tem motivado cada vez mais este tipo de atividade, que consiste em registrar aspectos da natureza local através de vídeos, fotos ou pintura de quadros.

No Parque Estadual do Monge a utilização dos recursos se dá pelo uso indireto, gerando benefícios às atividades humanas, e entre estas atividades destacam-se:

Preservação: deve ser garantida de acordo com os objetivos da unidade de conservação, através do adequado manejo e utilização dos recursos, proteção do patrimônio, orientação do visitante e conscientização da comunidade.

Educação: deve estar condicionada a dar oportunidade à mais variada clientela, de contato com os mais variados conhecimentos dos recursos naturais, sendo normalmente realizada de maneira indireta junto aos processos recreativos, pelo uso da interpretação da natureza.

Recreação: deve estar condicionada ao objetivo de mínima ou nenhuma alteração do patrimônio natural, ou seja, a construção de estradas, trilhas ou áreas de camping deverá causar o menor impacto paisagístico e ambiental possível; o traçado do sistema de caminhos ou trilhas deverá oferecer a maior variabilidade de paisagem. Ainda, como uma norma geral, a recreação em Unidades de Conservação não deve ocorrer sem a efetivação de programas conjuntos de educação ambiental.

Ainda segundo o MMA (2002), as atividades recreativas em ambientes naturais são aquelas realizadas ao ar livre, em ambientes que preservam suas características naturais intactas. Estas atividades possuem algumas características especiais, que as diferenciam das atividades urbanas, pois:

- Necessitam de áreas extensas onde o ambiente natural esteja protegido.
- Exigem a alocação de períodos contínuos de tempo para a sua realização (férias, finais de semana, feriados, etc.).
- Permitem um contato íntimo entre o homem e a natureza, que serve de contraponto e marco referencial para a vida urbana.
- Auxiliam no desenvolvimento do caráter dos praticantes, estimulando o respeito à natureza, a autoconfiança e a capacidade para trabalhar em equipe.
- O conhecimento de técnicas especializadas é fundamental para a garantia da segurança durante as atividades.
- A utilização de equipamento especializado (calçados especiais, vestimentas protetoras, mochilas, cordas, equipamentos óticos, bicicletas especiais, caiaques, equipamento de mergulho, tendas portáteis e sacos de dormir) é uma necessidade de segurança e condicionante da qualidade da experiência recreativa.

–Sempre envolvem algum grau de risco, maior ou menor, conforme o tipo de atividade e o grau de engajamento escolhido pelo praticante.

Dados os recursos limitados para administração, grau de fragilidade da área e os objetivos de conservação da biodiversidade, as infra-estruturas oferecidas aos visitantes serão limitadas ao mais natural possível, mantendo as características do local.

A necessária revitalização do Parque, após um procedimento conjunto entre a prefeitura da Lapa e o IAP para definirem os trâmites legais com os proprietários de restaurantes e lanchonetes, e posterior relocação destas construções, além da retirada das canchas esportivas, quiosques de churrasqueiras e *playground*, estabelecerá uma nova dinâmica, focada na proteção dos recursos naturais do Parque.

Boa parte da implantação da infra-estrutura proposta para o Parque deve ser precedida da regularização de todas as áreas identificadas como importantes para incorporação aos limites do parque, como é o caso das pedreiras abandonadas existentes no interior do Parque, para viabilizar a implantação da Trilha das Pedreiras; a propriedade da Sra. Maria Siqueira para consolidar o novo traçado proposto para a Trilha da Pedra Partida; e a propriedade destinada à construção do centro de visitantes, considerando a viabilidade de uma das três opções identificadas para sua instalação.

No caso das trilhas, deve-se priorizar as áreas atualmente visitadas, e o estabelecimento de novas trilhas apenas deve ser implementado quando houver garantia de recursos humanos e financeiros suficientes para tal.

Atividades como caminhadas, camping, ciclismo, observação de aves, certamente causarão impactos negativos sobre os recursos naturais se não houver desenvolvimento de infra-estrutura. Da mesma forma, a experiência do visitante poderá ser comprometida se infra-estruturas como estradas, trilhas, sanitários forem inadequadamente planejadas e mantidas.

O fato de que a maior parte dos atrativos encontra-se próxima à entrada do parque facilita, de certo modo, o manejo, pela possibilidade de concentrar os funcionários no atendimento da demanda estabelecida.

Além disso, será fundamental a participação da comunidade lapeana no auxílio à criação de uma nova imagem do Parque, através do engajamento da população no processo de conscientização interno (na cidade da Lapa) e externo (visitantes de outros municípios), haja visto que a atual situação administrativa do parque não é adequada para alcançar os objetivos de conservação propostos, e nem para tratar questões relativas ao manejo de visitantes.

1.4.1 - ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO (AD's)

As Áreas de Desenvolvimento, conforme IBAMA-MMA (1996), são criadas para facilitar a identificação de pontos específicos onde são desenvolvidas as atividades dentro da unidade, minimizando os possíveis impactos causados pela implantação das instalações e equipamentos.

As ações de manejo são direcionadas para cada área de acordo com o nível de primitividade, ou seja, nas áreas mais primitivas e com maior restrição de uso, deve-se implementar o mínimo de infra-estrutura possível.

Para um melhor planejamento das diversas atividades de uso público que ocorrerão no Parque, identificaram-se 6 Áreas de Desenvolvimento (AD's):

- AD Mirante (área da entrada do Parque, onde situam-se os restaurantes, sanitários, estacionamentos, mirante, bancos para descanso, canchas esportivas e churrasqueiras);
- AD Gruta do Monge (local situado entre o início da Trilha da Gruta do Monge e a cruz, principal ponto de oferendas);
- AD Pedra Partida (o local específico da Pedra, e também engloba a trilha que vai deste ponto até a junção com a Trilha da Gruta do Monge);
- AD Piscina de Pedra (área ao redor da Piscina de Pedra);
- AD Estátua de Cristo (área ao redor da estátua; rampa de parapente: área de saída dos praticantes da modalidade de parapente; e a área destinada à pista de desafios); e,
- AD Centro de Visitantes (local a ser definido para implantação do centro de visitantes e áreas de estacionamentos).

1.4.1.1 - PLANO GERAL DE DESENVOLVIMENTO NAS AD'S PARA OTIMIZAR A VISITAÇÃO

O plano geral para otimizar a visitação nas Áreas de Desenvolvimento (AD's) é apresentado na seqüência, onde cada proposta de intervenção é representado por um símbolo, cujo significado é apresentado no quadro V.01.

Quadro V.01 - Legenda para a Simbologia Utilizada

SÍMBOLOS	PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO
✕	Desmanchar ou retirar a construção/estrutura
	Construção/Estruturas novas
	Conservação/manutenção
	Reforma
	Recuperação paisagística
	Ampliação
	Incluir sinalização de orientação

Nos quadros V.02 a V.07 são apresentadas às propostas de intervenção para cada Área de Desenvolvimento (AD).

Quadro V.02 - Proposta para AD Mirante

ESTRUTURA		PRAZOS		
		CURTO	MÉDIO	LONGO
1	Restaurante do Airton	×	-	-
2	Restaurante do Ermitão	×	-	-
3	Portal de entrada	☞ ✕	✕	✕
4	Rolo compressor (entrada do Parque)	×	-	-
5	Sanitários (existentes)	✕	✕	✕
6	Estacionamento dos ônibus (existente)	✕	×	-
7	Áreas de estacionamento de veículos (existentes)	☞	-	-
8	Casa do administrador	-	-	☞ ✕
9	Casa para guarda-parque	-	-	☞ ✕
10	Quiosques com churrasqueiras/mesas	-	×	-
11	Bancos para descanso	✕	✕	✕
12	Estacionamento de bicicletas	-	☞ ✕	✕
13	Mirante	✕	✕	✕
14	Canchas esportivas	×	-	-
15	Local da feira de artesanato	×	-	-
16	Sistema de sinalização interna	☞ ✕	✕	✕

Quadro V.03 - Proposta para AD Gruta do Monge

ESTRUTURA		PRAZOS		
		CURTO	MÉDIO	LONGO
1	Portal de entrada da trilha	☞ ☞ ()	✕	✕
2	Trilha da Gruta do Monge (escadaria)	☞ ☞ ✕	✕	✕
3	Cruz	☞ ()	✕	✕
4	Bica d'água	☞ ()	✕	✕
6	Sistema de sinalização	☞	✕	✕
7	Estrutura para depositar velas	☞	✕	✕

Quadro V.04 - Proposta para AD Pedra Partida

ESTRUTURA		PRAZOS		
		CURTO	MÉDIO	LONGO
1	Trilha da Pedra Partida	☞ ☞ ✕	✕	✕
2	Deck de madeira no final da trilha para observação da Pedra Partida	☞	✕	✕
3	Sistema de sinalização	☞	✕	✕

Quadro V.05 - Proposta para AD Piscina de Pedra

ESTRUTURA		PRAZO		
		CURTO	MÉDIO	LONGO
1	Piscina de Pedra	   		
2	Deck de madeira rústico ao redor da piscina de pedra			
3	Construir um guarda-corpo no limite da encosta			
4	Sistema de sinalização			

Quadro V.06 - Proposta para AD Estátua de Cristo

ESTRUTURA		PRAZOS		
		CURTO	MÉDIO	LONGO
1	Estátua de Cristo	  		
2	Plataforma de parapente			
3	Pista de desafios			
4	Sistema de sinalização			

Quadro V.07 - Proposta para AD Centro de Visitantes

ESTRUTURA		PRAZOS		
		CURTO	MÉDIO	LONGO
1	Centro de Visitantes	 		
2	Estacionamento (novo)	 	 	 
3	Capela	 		
4	Sanitários			
5	Sistema de sinalização			

1.4.2 - FATORES LIMITANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DA VISITAÇÃO

- USO ATUAL

A diversidade de usos incompatíveis com os objetivos de manejo do Parque é um dos principais fatores limitantes para a visitação, e necessita de uma ordenação imediata, que deverá ser estabelecida mediante a revitalização do parque.

- NÚMERO ATUAL DE FUNCIONÁRIOS

Os impactos antrópicos que ocorrem no Parque são muito significativos e uma porcentagem considerável poderia ser evitada caso existissem mais funcionários para coibirem as ações negativas exercidas por uma parcela dos visitantes, notadamente na trilha que dá acesso à Gruta do Monge e à Pedra Partida.

O atual quadro de funcionários do Parque, composto por apenas dois guardas-parques do IAP e dois fiscais contratados pela prefeitura da Lapa, não consegue atender toda a demanda existente no que diz respeito à conscientização, informação, monitoramento, manutenção e fiscalização e deve ser ampliado com urgência.

Para tanto sugere-se que a equipe deva ser acrescida de no mínimo quatro guardas-parques e que o chefe do Parque tenha uma presença administrativa efetiva, principalmente no processo de transição entre a atual situação e o período pós-revitalização, para que o manejo previsto seja totalmente estabelecido, colaborando para atingir os objetivos desta unidade e também garantir que a revitalização obtenha colaboradores dos mais diversos segmentos da sociedade.

- MANEJO DAS PROPRIEDADES DE ENTORNO

Comparado aos demais parques do Paraná pode-se dizer que o Parque é relativamente pequeno, o que facilita de certo modo a sua fiscalização. Porém, tão importante quanto a fiscalização é iniciar um trabalho de aproximação com os donos das propriedades vizinhas ao parque, pois através deste envolvimento será possível garantir que a zona de amortecimento cumprirá com suas funções, protegendo o Parque de ameaças externas.

Alguns proprietários já demonstraram que são pró-ativos em relação à conservação da natureza, fato verificado pela criação de uma RPPN e também pelo estado de conservação de algumas áreas vizinhas, com remanescentes significativos de cobertura florestal, porém, outros proprietários precisam ser conscientizados para evitar que o manejo inadequado de suas propriedades cause impactos negativos sobre os recursos do parque e interfira em sua integridade.

A atividade de ecoturismo, com suas possibilidades potencialmente benéficas à região, pode ter nestas propriedades vizinhas um elo de ligação entre os proprietários e a administração do parque, desenvolvendo ações que sejam benéficas para ambos.

Algumas atividades podem ser desenvolvidas no entorno, como o *camping* e até a visitação de atrativos com a abertura de trilhas bem planejadas e que pode estabelecer, através da orientação do IAP, um clima de ajuda mútua entre o Parque e seus vizinhos.

- FALTA DE UMA POLÍTICA PARA COBRANÇA E DESTINAÇÃO DE TAXAS

O número expressivo de pessoas que visitam o Parque mensalmente pode garantir, através da cobrança de ingressos, uma parcela significativa dos gastos necessários à implantação de infra-estruturas adequadas, além do pagamento de funcionários e a manutenção da área em geral.

Para que isto seja possível é imprescindível definir um valor a ser cobrado para a visitação e, de acordo com as concessões que se estabeleçam, valores adicionais diferenciados para as atividades extras disponíveis, como o transporte, a plataforma de parapente, etc.

Na medida do possível e, coerente com a política de destinação dos valores arrecadados em todos os parques estaduais do Paraná, deve-se prever a possibilidade de utilizar parte do total arrecadado no Parque para uso nesta unidade, pois desta forma parcela do recurso necessário as atividades do parque estará garantida.

2 - ANÁLISE ESTRATÉGIA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

O Parque Estadual do Monge, em toda a sua dinâmica ligada ao turismo religioso, apresenta uma série de variáveis socioeconômicas, culturais, religiosas e ambientais, que permitem a avaliação mais ampla da situação atual e de conflito, ainda existente no interior e no entorno imediato da unidade de conservação.

Em passado recente, a população tinha como hábito, o uso de outros espaços que existiam no interior do Parque e que permitiam uma integração ainda maior com a unidade de conservação, muito embora, fosse entendida pela população como uma área de recreação e não como área de preservação ambiental, até porque, o próprio Estado havia estabelecido para esta unidade, diretrizes que estavam mais voltadas ao aproveitamento econômico das áreas reflorestadas, do que à preservação dos últimos remanescentes de mata nativa ainda existentes nas encostas e em propriedades do entorno. Desta forma, dentro da dinâmica estabelecida no Parque, a população fazia uso mais freqüente da infra-estrutura existente, com restaurante, lanchonete, churrasqueiras, cancha de futebol, piscinas, trilhas, estas utilizadas igualmente para a prática de jipe e moto-cross, bem como, a visita ao viveiro florestal do IAPAR, onde costumavam adquirir mudas de espécies nativas e exóticas de árvores.

Acompanhar as corridas de cavalos na raia da Sociedade Hípica Lapeana, sempre foi tradição e não está dissociada do interesse pelo Parque ou de seus atrativos. Reunir amigos, parentes e conhecidos para passar algumas horas no interior da unidade, não estaria como hábito desvinculado do interesse da população pelo Parque enquanto patrimônio do município. A situação do parque foi estabelecida historicamente através das condições particulares de uso, considerando o fato de ser uma das unidades de conservação mais antigas do Estado, instituída em uma época em que o interesse pela preservação ambiental não estava suficientemente definido pelo poder público ou pela sociedade civil de modo geral. Ali manifestavam-se diversos interesses de ordem histórica, cultural, religiosa, econômica, política e mais recentemente, ambiental.

Apesar da existência de propriedades no entorno, com atividades voltadas à agricultura e pecuária, não foram diagnosticadas ameaças mais severas ao Parque ocasionadas por tais atividades, seja pelo uso de agrotóxicos na lavoura, ou pela presença de pequenos efetivos de rebanho bovino, suinocultura ou avicultura. O Parque encontra-se em posição privilegiada e do alto da Serra do Monge, as maiores ameaças seriam realmente proporcionadas pelas atividades de comércio e de serviços no entorno imediato e interior da unidade, ou em pequenas áreas onde já estaria havendo uma certa ocupação urbana desordenada, particularmente em trechos muito próximos à escarpa.

Um fator de real ameaça à unidade de conservação está subordinado à presença do loteamento da planta Vila Gruta do Monge, onde há 159 lotes desde 1953, com registro na prefeitura municipal, porém, ainda não regularizado. Neste loteamento, comercializado ao longo do tempo através de contratos informais, não possui até hoje projeto aprovado para urbanização. Por localizar-se muito próximo da área da escarpa, em local de topografia e solo extremamente sensível, não permite a construção de projetos turísticos, como pousadas, hotéis-fazenda, ou grandes estruturas de comércio e serviços. Fator preponderante na preservação da escarpa e do perímetro do Parque, a proposição de medidas restritivas deve vir ao encontro de diretrizes estabelecidas no Plano de Manejo da Unidade de Conservação, visto que há uma grande expectativa de alguns proprietários, no que tange às permissibilidades para uso e ocupação do solo.

Face à série de restrições impostas no momento, já consubstanciada pelo próprio Instituto Ambiental do Paraná e pelo Ministério Público, quando da ocorrência de embargos à construção em passado recente, propõe-se a possibilidade de desapropriação do loteamento, desde a área onde se encontra a estátua do Cristo, até a entrada atual do Parque, onde a propriedade existente de Frida Mayer (residência em estilo tradicional suíço - foto V.01), poderia ser agregada ao patrimônio da unidade de conservação como uma espécie de museu histórico e natural do Monge ou ainda, voltado a programas de educação ambiental, a fim de criar condições para a manutenção e preservação das áreas da escarpa e do perímetro do Parque Estadual do Monge.



Foto V.01 - Vista Parcial da Propriedade Frida Mayer, Localizada Junto à Entrada Principal do Parque (Fonte: Laufer Jr, 2002)

Nestas áreas há sérios problemas de saneamento básico ambiental, com dificuldades para implementação de sistemas eficientes de tratamento de efluentes de esgoto doméstico ou comercial, levando-se em consideração, que uma possível ocupação antrópica desordenada, acabaria por agravar ainda mais o problema vivenciado no interior da unidade de conservação, onde atualmente estão localizados o restaurante, lanchonete e sanitários públicos.

Permitir ainda, a ocupação desordenada do loteamento em análise, agravaria igualmente, a qualidade ambiental das nascentes e dos mananciais que abastecem a população da Lapa, localizados na escarpa e que contribuem para a formação da micro-bacia do rio Calixto, na região do Bairro do Campo da Telha, onde está localizada a Estação de Tratamento de Água da cidade da Lapa.

Estes fatores críticos devem propiciar uma análise integrada da situação atual de fragilidade, hoje evidenciada através dos impactos causados pelas construções existentes e/ou embargadas pelo IAP e Ministério Público, quiçá, na eventualidade de ocorrência de danos ainda maiores à região, caso não sejam propostas medidas técnicas e racionais.

Já em relação à existência das torres da TELEPAR de microondas e de telefonia celular, ao que parece, já bem estabelecidas e com projetos técnicos aprovados, desde que restritas a sua área de abrangência local, sem comprometer outros lotes adjacentes mais sensíveis, não representam grandes impactos à região, a não ser sob o ponto de vista do impacto visual. São projetos de utilidade pública e possuem um caráter relevante para a população local, em função do processo de comunicação e dinamização socioeconômica com outras regiões do Estado. Contudo, qualquer novo projeto deveria contemplar estudos técnicos apurados com a participação do poder público e órgãos de defesa do meio ambiente, a fim de coibir abusos e/ou possíveis danos ao solo, mananciais, ou até, à beleza cênica existente na Serra do Monge.

No outro lado da escarpa, a presença da Sociedade Hípica Lapeana, historicamente situada no espaço cultural e de recreação do povo da Lapa, ocupa um lugar preponderante na dinâmica do Parque, visto que, diante das atividades realizadas em intervalos regulares, mantém todo um “ritual” de atração da população local, profundamente inserida no cotidiano da cidade. Quem vai à Hípica, costuma igualmente, frequentar o Parque e vice-versa, portanto, possuem em comum, o interesse coletivo. Propor a retirada da Hípica, seria como retirar da história da Lapa, elementos primordiais de sua identidade cultural. Os danos causados seriam relevantes e não condizentes com as expectativas da população local, que ainda vê na Hípica, o seu espaço de recreação de final de semana, assim como, enxerga o Parque, o restaurante com seus pratos típicos, ou a lanchonete com a música ao vivo, ou o comércio que atende ao visitante.

Deve, no entanto, haver um disciplinamento no uso das áreas que porventura tenham influência direta no Parque, como na estrada de acesso ou nas áreas que pertencem ao Estado e que, no momento, vêm sendo ocupadas indevidamente pela Hípica (foto V.02). Sem esse disciplinamento e a regularização fundiária, necessários após a apresentação das diretrizes do Plano de Manejo, haverá inclusive, possibilidades da ocorrência de ocupação ainda mais acentuada em áreas remanescentes do Parque.



Foto V.02 - Infra-Estrutura de Recreação, Junto a Sociedade Hípica Lapeana, em Espaço de Domínio do Estado (fonte: Laufer Jr, 2002)

Existem ainda, as ameaças ocasionadas pela presença constante de pessoas dentro da unidade e que fazem uso da infra-estrutura de comércio e serviços existente, com seguidos casos de conflitos entre visitantes, propiciado pelo consumo de bebidas alcoólicas e uso desordenado da unidade de conservação, incoerentes com as características de Parque Estadual ou até, do turismo religioso.

A análise estratégica, com as considerações tecidas neste capítulo, contempla resumo com os principais pontos fortes e pontos fracos internos da Unidade, as oportunidades e ameaças externas que cerceam o seu manejo e as correlações existentes entre esses componentes, os quais resultaram na definição das premissas defensivas e de avanço para a condução do planejamento da UC e que serviram de base para o estabelecimento dos programas de manejo é apresentado a seguir, no quadro V.08.

Quadro V.08 - Matriz de Análise Estratégica do Parque Estadual do Monge

FORÇAS RESTRITIVAS		PREMISSAS DEFENSIVAS OU DE RECUPERAÇÃO
AMBIENTE INTERNO	AMBIENTE EXTERNO	
<p>Pontos Fracos</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Situação fundiária irregular 2. Visitação desordenada 3. Presença de infra-estruturas não adequadas ao objetivo da Unidade de Conservação (lanchonete, restaurante, canchas de esportes, feira de artesanato, churrasqueiras, parte da hípica) 4. Depredação e acúmulo de oferendas na gruta do monge 5. Presença de espécies vegetais exóticas (<i>Pinus</i> e <i>Eucalyptus</i>) 6. Falta de infra-estrutura adequada 7. Áreas degradadas 8. Estrada utilizada para acesso a propriedades particulares 9. Pouco conhecimento sobre a biodiversidade 	<p>Ameaças</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Pressão do entorno 2. Risco de incêndios pelo uso de fogo no entorno 3. Invasão de espécies domésticas da fauna e espécies exóticas da flora 4. Caça e captura de animais silvestres 5. Fragmentação e perdas de habitats 6. Comprometimento dos recursos hídricos 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Regularização fundiária 2. Retirada das infra-estruturas de comércio 3. Retirada de espécies exóticas 4. Utilização das estradas internas somente para fiscalização, proteção e atividades de pesquisa do Parque 5. Monitoramento da qualidade dos recursos hídricos 6. Implantação de infra-estruturas como: centro de visitantes, banheiros, estacionamento, sinalização em local adequado 7. Sensibilização e Conscientização das comunidades do entorno 8. Prevenção e combate ao fogo 9. Recuperação de áreas degradadas 10. Vigilância e Fiscalização intensiva 11. Formação de corredores de biodiversidade 12. Ampliação da capacidade administrativa do Parque (contratação de funcionários) 13. Capacitação de funcionários e voluntários 14. Ampliação do efetivo de fiscalização
FORÇAS IMPULSORAS		PREMISSAS OFENSIVAS OU DE AVANÇO
<p>Pontos Fortes</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Existência de espécies animais e vegetais de transição do Primeiro para o Segundo Planalto 2. Remanescente de Floresta Ombrófila Mista 3. Faz parte do circuito turístico e cultural da cidade da Lapa 	<p>Oportunidades</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Presença de áreas adjacentes que permitem a formação de corredores de biodiversidade 2. Preocupação governamental declarada em diversos níveis 3. Potencial para visitação e educação ambiental 4. Potencial para pesquisa 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento de atividades educativas e de recreação para a comunidade regional e visitantes 2. Pesquisas sobre a biodiversidade e espécies ameaçadas com vistas ao manejo 3. Formação de convênios com entidades de pesquisa 4. Proposição de parcerias com entidades para proteção do Parque 5. Incentivo à criação de RPPN's

V - Análise da Unidade de Conservação